



Mensagem nº 012/2025 ao Projeto de Lei nº 16/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Apresentamos para apreciação e deliberação por Vossas Excelências, o Projeto de Lei que dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de Novo Oriente, e dá outras providências.

A reformulação se faz imprescindível para atualizar a legislação, assim adequar a composição dos representantes da sociedade civil e do Governo Municipal, bem como as competências do referido Conselho.

Cumpre destacar que usamos com parâmetro para a reformulação a CARTILHA DE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, divulgada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicada no ano de 2024, disponível no endereço eletrônico: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Cartilha%20Conselhos%20Municipais%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf>., bem como o Documento Orientador para Criação, Funcionamento e Reestruturação de Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Brasília: Ministério dos Direitos Humanos / CONADE / 2018/ 35 p, disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/795>.

Dessa forma, esperamos contar com a deliberação favorável desta Casa Legislativa, apresentando no ensejo, protestos de estima e consideração.

Paço da Prefeitura Municipal de Novo Oriente Ceará, em 31 de março de 2025.

EDUARDO COELHO ROSA  
CAVALCANTE:04782159323

Assinado de forma digital por EDUARDO COELHO ROSA  
CAVALCANTE:04782159323  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3,  
ou=Videoconferencia, ou=5616309000149, ou=AC SyngularID  
Múltipla, cn=EDUARDO COELHO ROSA CAVALCANTE:04782159323  
Dados: 2025.04.01 08:26:52 -03'00'

**EDUARDO COELHO ROSA CAVALCANTE**

Prefeito de Novo Oriente

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE**

**PROTOCOLO**

RECEBIDO EM: 31 / 03 / 25

Assinatura





**Projeto de Lei Nº 16 /2025**

Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de Novo Oriente, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE-CE**, Eduardo Coelho Rosa Cavalcante, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Novo Oriente/CE, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Permanece criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência De Novo Oriente/CE, conforme Lei Municipal nº 587/2010, órgão de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações políticas voltadas para a promoção, inclusão social e defesa dos direitos da pessoa com deficiência no município de Novo Oriente, vinculado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social ou a que vier a lhe substituir, com o objetivo de assegurar as pessoas com deficiência o pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

§1º - De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, promulgada pelo Brasil através do Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2.009: "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas."

§2º - A Secretaria do Trabalho e Assistência Social, ou a que vier a lhe substituir, propiciará ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência as condições necessárias ao seu funcionamento e consecução de suas atribuições, incluídos os recursos humanos e administrativos, transporte acessível, quando necessário para as ações do conselho e materiais correspondentes.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I. Incidir e controlar as políticas municipais voltadas à inclusão da pessoa com deficiência, bem como direitos, deveres e garantias relacionados às pessoas com deficiência previstos no ordenamento jurídico brasileiro vigente, informando e apresentando medidas a serem adotadas para a efetiva proteção, inclusive podendo representar aos órgãos de fiscalização competentes.

II. Propor estudos e pesquisas para o aprimoramento das políticas públicas de inclusão e de garantia de direitos das pessoas com deficiência;

III. Atuar como instância consultiva na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas do município voltadas à inclusão e defesa de direitos da pessoa com deficiência em acordo com a Lei 13.146/2015 denominada LBI – Lei Brasileira da Inclusão e na forma prevista na Lei federal nº 13.019/2014 e conforme critérios estabelecidos em regimento interno pelo Conselho;

IV. Emitir pareceres, devidamente fundamentados, sobre assuntos ou questões de sua competência, que lhe sejam enviados pelos demais órgãos da Administração Municipal, ou de outras esferas da Federação, e por entidades privadas de direito interno ou internacional;

V. Receber denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, garantidos e previstos na legislação





brasileira ou nos instrumentos normativos internacionais de proteção à pessoa com deficiência, encaminhando aos órgãos competentes para adoção de providências de sua alçada nas esferas cível, criminal ou administrativa e subsidiar o Ministério Público e a Defensoria Pública sobre fatos e circunstâncias que possam constituir objeto de demanda judicial e/ou procedimentos administrativos;

VI. Acompanhar e orientar, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público para tornar efetivo os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na legislação brasileira, em assuntos inerentes à pessoa com deficiência, mantendo registros das mesmas;

VII. Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – do Município, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada, visando a inclusão e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, na perspectiva do orçamento participativo (OP), realizando ciclos de discussões com antecedência de 60 dias dos prazos para elaboração das respectivas propostas;

VIII. Gerir o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, fixando critérios e prioridades para sua utilização, quando oportunamente criado nos termos da lei específica;

IX. Elaborar anualmente seu Plano de Ação, preferencialmente no primeiro trimestre e o respectivo plano orçamentário, aprovando-os pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, submetendo-os à aprovação da Secretaria Municipal a que esteja vinculado;

X. Elaborar o seu regimento interno, aprovando-o pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, nele definindo a periodicidade das reuniões, definição e modo de constituição de comissões temáticas;

XI. Fomentar e implementar a criação de fóruns e ou câmaras temáticas, comitês, grupos de trabalho (GT 's) e demais formas de organização da sociedade civil, reconhecendo a legitimidade dessas instâncias por meio de credenciamento, conforme relevância das articulações locais.

XII. Acompanhar, conjuntamente com os demais Conselhos Municipais, os projetos, programas, campanhas educativas de sensibilização e conscientização e ações de prevenção às deficiências, e serviços que envolvam diretamente às pessoas com deficiência.

XIII. Formular e zelar pela efetiva implantação e implementação das políticas de interesse da Pessoa com Deficiência;

XIV. Propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiência e promoção de direitos que contribuam para efetiva participação da Pessoa com Deficiência na vida comunitária;

XV. Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, políticas de acessibilidade e outras relativas à Pessoa com Deficiência;

XVI. Articular com o poder público municipal que seja assegurado, por meio de políticas públicas e participação da sociedade civil, a proteção especial na forma prevista nos artigos 203 e 227 da Constituição Federal;





XVII. Acompanhar e Fiscalizar o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal pertinentes aos direitos da Pessoa com Deficiência;

XVIII. Colaborar e orientar na defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência por todos os meios legais que se fizerem necessários;

XIX. Emitir parecer quanto a trabalhos, campanhas, projetos ou programas que envolvam a Pessoa com Deficiência;

XX. Manifestar-se sobre a implantação de equipamentos sociais, iniciativas e propostas observando as prioridades, conveniências, adequação técnica, social, educativa e cultural, tendo em vista a política traçada para o setor;

XXI. Manter intercâmbios com entidades governamentais e não-governamentais, visando troca de informações e projetos;

XXII. Cooperar e participar com entidades governamentais e não-governamentais na realização do Censo Municipal da Pessoa com Deficiência, juntamente com as Secretarias Municipais da Educação, de Assistência Social e da Saúde.

XXIII. Divulgar e fazer cumprir as legislações vigentes que dispõem sobre a Pessoa com Deficiência denunciando seu descumprimento;

XXIV. Elaborar o seu regimento interno que é estrutura administrativa, e tem como objetivo, regulamentar o funcionamento do Conselho e visa o cumprimento de sua função pública regularmente instituída, aprovando-o pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, nele estará definido a periodicidade das reuniões ordinárias, definição sobre o modo de constituição de comissões temáticas entre outros;

XXV. Monitorar a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo, em seu âmbito de atuação, bem como da Lei 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

XXVI. Convocar a Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Art. 3º - As funções de Conselheiro são consideradas como de serviço público relevantes e não serão remuneradas, e consistem em:

- I. Zelar pelas normas instituidoras do conselho;
- II. Cumprir as atribuições que lhe forem conferidas;
- III. Participar ativamente das reuniões, comissões e grupos de trabalho do órgão colegiado;
- IV. Divulgar amplamente as matérias discutidas e suas respectivas deliberações;
- V. Participar das redes, câmaras temáticas, conselhos de políticas setoriais e de direitos;
- VI. Monitorar, avaliar e discutir políticas públicas e ações voltadas às pessoas com deficiência; e
- VII. Sensibilizar a sociedade em geral acerca da defesa dos direitos da pessoa com deficiência.





Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é composto por: 12 (doze) membros e seus respectivos suplentes, representantes do Governo Municipal e da Sociedade Civil, em formato paritário;

I. 06 (seis) representantes titulares e respectivos suplentes da Sociedade Civil, assim distribuídos:

a) 05 (cinco) pessoas físicas da sociedade civil, sendo 100% (cem por cento delas) pessoas com deficiência (Deficiência Auditiva; Deficiência Visual; Deficiência Intelectual; Deficiência Psicossocial ou por Saúde Mental; Deficiência Múltipla) e/ou seus representantes legais;

b) 01 (uma) representante titular e o respectivo suplente da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), organização não governamental que visa melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência.

II. 06 (seis) pessoas de no mínimo de 05 secretárias, representantes do Governo Municipal e respectivos suplentes, preferencialmente pessoas com deficiência ou ligadas direta ou indiretamente à causa das pessoas com deficiência integrantes, como por exemplo, dos seguintes órgãos:

a) Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA

b) Secretaria de Governo - SEGOV;

c) Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA;

d) Secretaria Municipal da Educação - SME;

e) Secretaria Municipal da Saúde - SMS;

f) Secretaria do Trabalho e Assistência Social - STAS;

§1º - Os membros titulares e suplentes a que se refere o inciso I deste artigo serão escolhidos por indicação de órgãos da Sociedade Civil.

§2º - Os membros representantes do Governo Municipal serão indicados pelos Titulares das respectivas pastas.

§3º - Os membros eleitos e os representantes de Governo Municipal serão designados por Ato do Prefeito Municipal para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 5º - A Secretaria Municipal a que estiver vinculado dará suporte administrativo e financeiro ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que contará também com a colaboração técnica dos demais órgãos municipais nele representados.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência terá a seguinte composição:

I. Da estrutura

a) Pleno do Conselho;

b) Mesa Diretora;

c) Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho;





## II – Das instâncias de participação:

a) Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será realizada em caráter bienal, e quando convocadas pelo CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

b) Fóruns Distritais;

c) Audiências Públicas;

d) Consulta Pública

§1º - As conferências têm a finalidade de monitorar a implantação das políticas públicas e seus resultados, tornando-se também um momento de amplo debate para deliberação das políticas futuras.

§2º - Os Fóruns Distritais tem a finalidade de debater políticas públicas nos Distritos do Município.

§3º - A Audiência Pública é uma reunião pública, transparente e de ampla discussão em que se vislumbra a comunicação entre os vários setores da sociedade e as autoridades públicas.

§4º - A Consulta Pública é um mecanismo utilizado com o objetivo de auxiliar na elaboração e coleta de opiniões da Sociedade Civil sobre temas de importância para uma dada área de atuação

Art. 6º - A mesa diretora será composta por:

I. Presidente;

II. Vice-Presidente;

III. 1º Secretário/a;

IV. 2º Secretário/a.

§1º - A Mesa Diretora será eleita na primeira reunião extraordinária, convocada para esta finalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a nomeação dos conselheiros devidamente publicada em diário oficial.

§2º - A eleição da Mesa Diretora, em sessão presidida pelos representantes da Secretaria Municipal ou gabinete do prefeito, dar-se-á mediante escolha dentre conselheiros eleitos, por voto de maioria simples, para ocuparem os cargos pelo período de 2 (dois) anos. Sendo que os cargos de presidente e vice-presidente devem ser ocupados por conselheiros da sociedade civil, que sejam preferencialmente pessoas com deficiência.

§3º - Os eleitos tomarão posse imediatamente após a proclamação do resultado, na mesma sessão, que lhes será dada pelo Colegiado.

Art. 7º - No prazo de 90 dias a partir da posse dos Conselheiros publicada em diário oficial, a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentará o Plano de Ação que conterà o plano orçamentário correspondente ao período da respectiva gestão.

Parágrafo Único - Os encontros municipais e reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão abertos à participação de todos os cidadãos com direito a voz,



reservado o direito a voto somente aos conselheiros titulares, e na sua ausência o suplente atuará como titular.

Art. 8ª - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Novo Oriente Ceará, em 31 de março de 2025.

**EDUARDO COELHO ROSA**  
**CAVALCANTE:047821593**  
**23**

Assinado de forma digital por EDUARDO COELHO ROSA  
CAVALCANTE:04782159323  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3,  
ou=Videoconferencia, ou=45616309000149, ou=AC  
SyngularID Multipla, cn=EDUARDO COELHO ROSA  
CAVALCANTE:04782159323  
Dados: 2025.04.01 08:27:54 -03'00'

**EDUARDO COELHO ROSA CAVALCANTE**

Prefeito de Novo Oriente